

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.319 - PR (2019/0152662-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**RECORRIDO** : **M A DE A**  
**ADVOGADO** : **NARELVI CARLOS MALUCELLI - DEFENSOR DATIVO -**  
**PR004419**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – MPE, com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal – CF, em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – TJPR.

Consta dos autos que o recorrido, M A DE A, foi condenado como incurso nas sanções dos delitos tipificados no art. 213, na forma do art. 14, II; no art. 213 (duas vezes); e no art. 214 (duas vezes) combinado com o art. 225, § 1º, II, todos do Código Penal – CP, em concurso material (art. 69 do CP), à pena de 10 anos, 3 meses e 4 dias de reclusão, em regime inicial fechado (fls. 134/141).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação que foi parcialmente provido provido para declarar extinta a punibilidade dos delitos do art. 214 do CP . O acórdão ficou assim ementado:

*RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL - ESTUPRO TENTADO E ESTUPROS CONSUMADOS - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - DECADÊNCIA - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DESCLASSIFICAÇÃO - FATOS ATINGIDOS PELO ART. 103 DO CP - PLEITO PREJUDICADO - DOSIMETRIA - PENA-BASE - CULPABILIDADE - PONDERAÇÃO ACERTADA - CONTINUIDADE DELITIVA - CONDIÇÕES DISTINTAS - DESÍGNIOS AUTÔNOMOS - SENTENÇA ALTERADA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.*

*Nos crimes contra a dignidade sexual, nos quais é incomum a presença de testemunhas, a palavra da vítima assume elevada importância, sobretudo quando em congruência com os demais elementos probatórios carreados nos autos. (Precedentes da Corte).*

*Nas infrações processadas mediante representação, o direito de ação decai após o decurso de 06 (seis) meses desde a ciência do autor do crime ou, sabido este, a partir do dia em que o ofendido menor de idade completar 18 (dezoito) anos.*

*Resta prejudicado o pedido de desclassificação dos delitos sobre os quais foi declarada a incidência da regra do art. 103 do Código Penal.*

*A culpabilidade, enquanto elemento de individualização sancionatória, deve ser sopesada em desfavor do reprochado se a sua conduta demonstrar grau de censura acima do normal.*

*Às infrações perpetradas em distintas condições de tempo, lugar e modo de execução, demonstrando os desígnios autônomos do condenado, não pode ser aplicada a regra da continuidade delitiva, prevista no art. 71 do Estatuto Repressivo.*

*Apelação conhecida e parcialmente provida, com a declaração da extinção da punibilidade de M. A. de A. pelos Fatos 6 e 7 e, por conseguinte, redução da pena imposta (fls. 247/248)*

O MPE opôs embargos de declaração que foram rejeitados, conforme acórdão de folhas 305/310.

Em sede de recurso especial, o MPE apontou violação aos artigos 214 e 225, ambos do CP, porque o TJPR extinguiu a punibilidade do recorrido com base na decadência, deixando de observar que a ação penal era pública incondicionada ao tempo dos fatos, bem como ao tempo do oferecimento do aditamento da denúncia sob a égide da Lei n. 12.015/09. Destaca que o TJPR considerou que a ofendida perdeu o prazo de 6 meses para representação após completar 18 anos de idade.

Requeru seja afastado o reconhecimento da extinção da punibilidade.

Contrarrazões (fls. 350/355).

O recurso especial foi admitido (fls. 363/368).

Os autos vieram a esta Corte.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF opinou pelo provimento do recurso especial (fls. 383/387).

É o relatório.

Decido.

Sobre a violação aos artigos 214 e 225, ambos do CP, o Tribunal de origem declarou a extinção da punibilidade em razão da decadência, eis que não houve representação da vítima sobre o delito sexual no prazo legal de 6 meses após completar 18 anos, sendo certo que a lei penal não pode retroagir para prejudicar o réu. Cito o trecho:

**2) MÉRITO - 6º E 7º FATOS - DECADÊNCIA**

*A despeito de confirmadas as condutas típicas, tem razão a defesa ao pedir pela declaração da extinção da punibilidade do acusado quanto aos 6º e 7º Fatos, com base no instituto da decadência.*

*A respectiva Ação Penal foi promovida pelo Ministério Público mediante exordial acusatória oferecida em 24/11/2010 (mov. 1.1 - AP), na qual constavam os 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Fatos narrados.*

*Posteriormente, na data de 22/09/2016, houve aditamento da denúncia, sendo incluídos os 6º e 7º Fatos (mov. 70.1 - AP).*

*Em 10/08/2009, após o suposto cometimento das infrações narradas pelo Parquet, entrou em vigência a Lei 12.015/09, a qual promoveu alterações no Código Penal, mais propriamente nos então chamados crimes contra os costumes - hoje, "Título VI - Dos Crimes Contra A Dignidade Sexual".*

*A norma revogadora unificou, em uma mesma capitulação penal (art. 213 do precitado codex), os delitos de estupro e atentado violento ao pudor, pelos quais M. A. de A. foi acusado. Como, porém, a nova pena prevista ao tipo teve seus limites aumentados, a dosimetria foi acertadamente realizada nos patamares dos dispositivos modificados, em atenção ao princípio da irretroatividade da lei penal.*

*Outra das mudanças promovidas pela referida legislação de 2009 foi sobre o art. 225 do Estatuto Repressivo, cujas antiga e novel redações, respectivamente, seguem:*

*"Art. 225 CP. Nos crimes definidos nos capítulos anteriores, somente se procede mediante queixa.*

*§ 1º Procede-se, entretanto, mediante ação pública:*

*I - se a vítima ou seus pais não podem prover às despesas do processo, sem privar-se de recursos indispensáveis à manutenção própria ou da família;*

*II - se o crime é cometido com abuso do pátrio poder, ou da qualidade de padrasto, tutor ou curador.*

*Art. 225 CP. Nos crimes definidos nos Capítulos I e II deste Título, procede-se mediante ação penal pública condicionada à representação.*

*Parágrafo único. Procede-se, entretanto, mediante ação penal pública incondicionada se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa vulnerável." (destaquei)*

*Ao ser oferecida a denúncia, em 2010, já valia a nova previsão do art. 225 da Norma Punitiva. Logo, como todas as ofendidas ainda eram menores de 18 (dezoito) anos, acertadamente a Ação foi iniciada pelo órgão ministerial.*

*Na data do aditamento, contudo, I. R. dos S., vítima dos*

*novos Fatos descritos, nascida em 23/06/94, já estava com 22 (vinte e dois) anos de idade. Logo, nos termos do caput do disposto em questão, dependeriam tais acusações de representação; trata-se de manifestação do lesado a ser apresentada no prazo de 6 (seis) meses a contar da data do conhecimento do autor do crime (arts. 103 do Decreto-Lei 2.848/40 e art. 38 do Decreto-Lei 3.689/41) ou, quando já sabido, do dia em que o ofendido completar a maioridade, conforme ampla posição jurisprudencial, sob risco de decadência deste direito.*

*A maioria da doutrina e dos Tribunais entende que tal manifestação da vítima dispensa rigorismo formal. No caso, seguindo tal posição, poder-se-ia considerar que a primeira declaração judicial de I. R. dos S. (movs. 1.14 e 1.18 - AP), na qual relatou os 6º e 7º Fatos, configurou sua representação.*

*Mesmo assim, estaria superado o mencionado período semestral, pois este ato de oitiva ocorreu em 02/04/2013, quando a ofendida estava com 18 (dezoito) anos e 9 (nove) meses de idade. Por conseguinte, a lesada decaiu de seu direito de autorizar o desencadeamento da persecução penal contra o recorrente.*

*A meu ver, diversamente do Meritíssimo Juiz, não pode ser justificada a natureza incondicionada do feito nos termos do revogado texto do art. 225, § 1º, inciso II, do Estatuto Repressivo.*

*Isso porque, além de a própria exordial acusatória já ter sido ofertada na vigência da Lei 12.015/09, a nova regra, ao condicionar o ato de denúncia, gera efeitos materialmente mais favoráveis ao denunciado. A situação se enquadra, pois, na exceção ao precitado postulado constitucional, a qual se traduz no princípio contrário, da retroatividade da lei penal mais benéfica.*

*Neste sentido, cito julgado do Superior Tribunal de Justiça:*

**"PROCESSO PENAL RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL. TRÊS VÍTIMAS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA DECADÊNCIA DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRAZOS INDEPENDENTES PARA O OFENDIDO E SEU REPRESENTANTE LEGAL. CRIME COMETIDO COM ABUSO DO "PÁTRIO PODER" EM RELAÇÃO A UMA DAS VÍTIMAS. AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.**

**I - Os prazos para o exercício do direito de queixa ou representação correm separadamente para o ofendido e seu representante legal (Súmula nº 594/STF).**

**II - Escoado o prazo para o representante de**

uma das vítimas, conserva-se o direito de representação da ofendida, a ser contado a partir da sua maioridade (Precedentes).

III - O crime cometido com abuso do "pátrio poder", nos termos do revogado art. 225, §1º, inciso II, do Código Penal, antes da alteração legislativa promovida pela Lei n. 12.015/2009, era de ação penal pública incondicionada. Com a alteração, indica o parágrafo único do art. 225 do Código Penal que a ação penal, quando o ofendido é menor de dezoito anos, é pública incondicionada. Desta forma, com relação a uma das vítimas (B. G. F., filha), não há que se falar em decadência do direito de representação.

Recurso ordinário desprovido."

(STJ - Recurso Ordinário em Habeas Corpus 39.141 /SP- Rei. Min. FELIX FISHER - Quinta Turma - Julgamento em 25/11/2014, DJe de 10/12/2014) (destaquei)

*Portanto, declaro, em relação aos 6º e 7º Fatos denunciados, a extinção da punibilidade de M. A. de A., pela decadência, conforme o art. 103 e art. 107, inciso IV, ambos do Código Penal.*

*Com efeito, prejudicado o pleito de desclassificação delitiva em relação a estas infrações, bem como os pedidos referentes à operação dosimétrica (fls. 258/260).*

Contudo, pelo que se depreende dos fatos, a ação penal era pública incondicionada no momento do crime (abuso do pátrio poder), bem como continuou pública incondicionada na Lei n. 12.015/09 (menor de 18 anos), razão pela qual não se fala em irretroatividade da lei penal mais gravosa. Assim, a justificativa adotada pelo TJPR para afastar a aplicação do art. 225, § 1º, II, do CP, qual seja, irretroatividade da lei pena mais gravosa, não se mostra idônea. Frise-se, o delito foi cometido por autor investido no pátrio poder (art. 225, § 1º, II, do CP) que já implicava em ação penal pública incondicionada. Cito precedente:

*PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL, ORDINÁRIO OU DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. ART. 214 C/C ART. 224, ALÍNEA A, NA FORMA DOS ARTS. 71 E 29, TODOS DO CÓDIGO PENAL. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ILEGITIMIDADE AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO.*

*ABUSO DO PÁTRIO PODER. ART. 384 DO CPP. INOBSERVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO.*

*[...]*

*3. Verificada a prática do delito previsto no art. 214 do Código Penal mediante abuso do pátrio poder, incumbe ao Ministério Público a propositura da ação penal que, na hipótese, é pública incondicionada, consoante art. 225, § 1º, II, do Código Penal.*

*[...]*

*5. Habeas corpus não conhecido (HC 154.718/SE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 25/11/2015).*

*PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 214 DO CÓDIGO PENAL. REDAÇÃO ANTERIOR À LEI 12.015/09. 1. ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NULIDADE DA AÇÃO PENAL. INOCORRÊNCIA. PACIENTE PADRASTO DA VÍTIMA. 2.*

*SUFICIÊNCIA DE PROVAS DE AUTORIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. CONDENAÇÃO FUNDADA EM DEPOIMENTOS DE TESTEMUNHAS E LAUDOS PSICOLÓGICOS QUE CONFIRMARAM A HIGIDEZ DAS ALEGAÇÕES DA VÍTIMA. ORDEM DENEGADA.*

*1. Era pública e incondicionada a ação penal referente aos crimes contra os costumes quando praticados pelo detentor do pátrio poder, padrasto, tutor ou curador da vítima. Inteligência do artigo 225, §1º, II, do Código Penal (redação anterior).*

*[...]*

*3. Ordem denegada (HC 121.767/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 28/06/2011).*

Colaciono, ainda, trecho da sentença a respeito da ação penal incondicionada:

*Por derradeiro, a tese de que a ofendida IARA não apresentou representação após a maioridade, não pode ser aceita.*

*Isso porque, até o advento da Lei nº 12.015/2009, que entrou em vigor em agosto de 2009, a ação penal no crime de estupro era, em regra, privada. As duas exceções referiam a situações em que a ofendida e seus genitores eram pobres, não tendo condições de arcar com as custas do processo, caso em que a ação seria pública condicionada e quando o crime fosse praticado com abuso do poder familiar, por padrasto, tutor ou curador a ação seria incondicionada. (CP, art. 225)*

*No caso concreto, deve ser aplicado ao caso o inciso II do art. 225 do CP, porque o réu, embora não exercesse o poder familiar em relação às vítimas, era o guardião das mesmas, agindo como se fosse "pai social".*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Portanto, neste caso, a ação penal era pública incondicionada e por isso desnecessária a representação da ofendida (fl. 133).*

Ante o exposto, com fundamento na Súmula 568 do STJ, dou provimento ao recurso especial para afastar a declaração de extinção da punibilidade com base na decadência, bem como determinar que o TJPR proceda novo julgamento do recurso defensivo para fins de análise dos pleitos prejudicados.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator